

O METHODO ZABA (1870) E O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL¹***ZABA'S METHOD (1870) AND HISTORY TEACHING IN BRAZIL******EL MÉTODO ZABA (1870) Y LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN BRASIL***

CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3265-4669>

Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador/Bahia/Brasil

carollinadelima@ufba.br

Resumo: Neste artigo, procurei reconstituir, ainda que em linhas gerais, a circulação do *Methodo Zaba* no Brasil, no início da década de 1870, buscando desvelar culturas e práticas escolares observáveis em diferentes espaços e regiões do país, a fim de problematizar a história da História como disciplina escolar, tendo em vista o que as apropriações do método revelam acerca das formas de ensinar conteúdos históricos nas escolas brasileiras, a partir da diversidade de experiências institucionais e de sujeitos individuais (FREITAS; OLIVEIRA, 2022), em um contexto marcado pela profissionalização docente (BORGES, 2021; GONDRA, 2018 e VIDAL; SILVA, 2012), pela emergência da indústria escolar em escala transnacional (MEDA, 2015 e ALCANTARA; VIDAL, 2022) e pela reorganização dos programas (BITTENCOURT, 2018b; DICK, 2001) e modernização dos métodos para ensinar história (SANTOS, 2021).

Palavras-chave: Ensino de História. História da Educação. Método Zaba.

Abstract: In this article, I tried to reconstruct, albeit in general lines, the circulation of *Zaba's Method* in Brazil, in the early 1870s, seeking to reveal school habits and practices observable in different spaces and regions of the country, to problematize the trajectory of History as a school subject, considering what the appropriations of the method reveal about the ways of teaching historical content in Brazilian schools. This is based on the diversity of institutional experiences and individual subjects (FREITAS; OLIVEIRA, 2022), in a context marked by professionalization (BORGES, 2021; GONDRA, 2018 e VIDAL; SILVA, 2012), the emergence of the school industry on a transnational scale (MEDA, 2015 e ALCANTARA; VIDAL, 2022) and the reorganization of programs (BITTENCOURT, 2018b; DICK, 2001) and modernization of History teaching methods (SANTOS, 2021).

Keywords: History Teaching. History of Education. Zaba's Method.

Resumen: En este artículo, se ha buscado reconstruir, aunque de manera general, la circulación del *Methodo Zaba* (1870) en Brasil, a principios de la década de 1870. Se buscado desvelar culturas y prácticas escolares observables en diferentes espacios y regiones del país, con el fin de problematizar la historia como materia escolar, teniendo en cuenta lo que las apropiaciones del método revelan sobre las formas de enseñar contenidos históricos en las escuelas brasileñas, a partir de la diversidad de experiencias institucionales y de sujetos individuales (FREITAS; OLIVEIRA, 2022). Todo esto, en un contexto marcado por la profesionalización docente (BORGES, 2021; GONDRA, 2018 y VIDAL; SILVA, 2012), por la emergencia de la industria escolar a escala transnacional (MEDA, 2015 y ALCANTARA; VIDAL, 2022) y por la reorganización de los programas (BITTENCOURT, 2018b;

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2023 e aprovado para publicação em maio de 2023.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

DICK, 2001) y la modernización de los métodos para enseñar la asignatura de historia (SANTOS, 2021).

Palabras clave: Enseñanza de historia. Historia de la educación. Método Zaba.

Introdução

Conclusão, a década de [19]80 é o início de tudo que é novo em termos de Ensino de História.

Essa é a instituição de uma cronologia e também de um discurso marcado pelos interesses e aportes dominantes dos domínios da Pedagogia e pelas instituições formadoras dos professores universitários, situadas em São Paulo. [...] Urge, portanto, revisar esse discurso e esse lugar, elaborando uma história do Ensino de História no Brasil que expresse a diversidade de experiências institucionais e de sujeitos individuais pessoais (FREITAS; OLIVEIRA, 2022, p. 13).

O artigo que apresento almeja trazer contribuições para a revisão (historiográfica) que Freitas e Oliveira (2022) fazem referência na epígrafe que o abre, buscando expressar “a diversidade de experiências institucionais e de sujeitos individuais pessoais” a partir da história da circulação de um método de ensino voltado à História Universal, apresentado ao público (escolar) brasileiro por seu criador – o polonês Napoleão Félix Zaba – no início da década de 1870. Para tanto, procurei reconstituir, ainda que em linhas gerais, o trânsito do autor e as apropriações do *Methodo Zaba* (1870) em quatro províncias: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, entre - mais especificamente - julho de 1870 a setembro de 1871. Para tanto, valho-me de artigos da imprensa periódica, ofícios enviados às diretorias de instrução pública desses lugares, bem como pareceres sobre o material didático produzido por professores e diretores de escolas primárias e secundárias².

Nesse sentido, busca-se – ao longo do texto – desvelar culturas e práticas escolares, relacionadas aos conteúdos históricos, observáveis em diferentes espaços, lugares e regiões do país, na segunda metade dos Oitocentos, a fim de problematizar a história da *história como disciplina escolar*³, tendo como mote o trânsito de um didata polonês, a circulação de suas ideias pedagógicas e as apropriações de seus materiais didáticos no território brasileiro.

Na historiografia da Educação, arrisco dizer que Primitivo Moacyr, em *A Instrução e as Províncias* (1939), foi o primeiro pesquisador a fazer referência (direta) ao método em tela, ressaltando a presença de seu autor na Bahia e a boa recepção dos mapas cronológicos entre os diretores do Liceu e dos Internato e Externato normais. Anos depois,

² Este artigo é um dos resultados da pesquisa de pós-doc, desenvolvida na Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Diana Vidal.

³ Tomo a noção de disciplina escolar em diálogo com os textos de Circe Bittencourt (1993, 2018b).

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Circe Bittencourt, em sua tese de doutoramento, *Livro didático e conhecimento escolar* (1993), recupera a metodologia ao desdobrar as relações entre o ensino de história e a memorização.

Em *Ensino de História: fundamentos e métodos* (BITTENCOURT, 2018b), Bittencourt volta a fazer referência à metodologia, ao comentar que “[...] no século XIX a preocupação maior eram os métodos mnemônicos” e a caracteriza como um “[...] método criado para o estudo da história universal [que] utilizava mapas e linhas cronológicas para auxiliar os alunos nas respostas às perguntas sobre os principais acontecimentos de cada século” (BITTENCOURT, 2018b, p. 66). Provavelmente, as informações apresentadas pela autora foram obtidas em duas fontes históricas: o Programa do Colégio Abílio e o *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia* de 1871 e/ou de 1872 (também consultado por Primitivo Moacyr). Não sendo o objeto de sua pesquisa – e, provavelmente, sem acesso a algum exemplar do *Methodo Zaba* –, a pesquisadora cita a metodologia apenas como um exemplo das práticas de memorização características no ensino de História à época, sem esmiuçar a materialidade e a recepção do material didático que circulou entre professores brasileiros no início da década de 1870. Na esteira de Bittencourt, outros pesquisadores fizeram menção ao método Zaba, mas, na maioria dos casos, reproduzindo literalmente as palavras da pesquisadora⁴.

Em *Culturas escolares em Recife* (2013), de Jacilene Clemente, na qual a pesquisadora comenta ter encontrado uma notícia no *Diário de Pernambuco*, de janeiro de 1872, sobre a metodologia de Zaba. Na matéria, transcrita pela autora, o “anunciante” afirmava que o referido método havia sido aprovado por figuras importantes da cena educacional recifense, as quais ela cita os nomes. Clemente confirma os dados de Bittencourt a respeito da adoção da metodologia na Bahia, acrescentando informações sobre em quais lugares o Conde Zaba deu conferências, no caso o Liceu, a Câmara Municipal de Salvador e a

⁴ Cf. SEGADILHA, Delcineide Ferreira; DIAS, David Silva. Livro didático e imagens: uma análise no Instituto Federal do Maranhão. *História & Ensino*, v. 24, n. 2, p. 107-133, 2018; SANTOS, Silmar Leila dos. Ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: análise documental de seis estados brasileiros. *Cadernos Cenpec*: Nova série, v. 5, n. 2, 2016; NASCIMENTO, Marcos Antônio Bastos Canário do. *Ensino de história, historiografia e tecnologia: reflexões sobre conteúdos referentes à América portuguesa disponibilizados em sites educacionais*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015; BERCHO, Carolina Fuzaro. *Higienismo e educação nas páginas de O Ateneu*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011; PALTIAN, Luciano Pinheiro. *Cartografias do tempo: uma proposta de “mapa do tempo interativo” para o ensino de história*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017; SILVA, Letícia Alves da. *Formação de professores e práticas pedagógicas para o ensino de história em contexto pluriétnico no Alto Rio Negro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico) - Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico, Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Escola Normal. Embora a dissertação apresente novas informações, como a presença de Zaba em Recife e a lista de professores que aprovaram o método à época, o objetivo do trabalho não era investigá-lo e, conseqüentemente, não há problematizações quanto à sua materialidade, circulação e recepção no Brasil.

Magno Santos (2021), por sua vez, ao recuperar os “[...] inúmeros embates em defesa da renovação dos conteúdos de história no espaço escolar brasileiro no último quartel do século XIX”, cita a ida do Conde Zaba ao Colégio de Caroline de Florence, em Campinas, como um exemplo das “[...] preocupações com a modernização do método de ensino da história e as tentativas de diálogo com intelectuais oriundos de outros países”, destacando “[...] o entusiasmo com a eficiência do método de ensino da história universal” e o “[...] público elevado e empolgado” que frequentava as preleções. O autor considera que o diálogo e o trânsito que Zaba estabeleceu durante a sua estada por São Paulo pode ter sido facilitado pela “[...] preocupação com a racionalização do ensino e a vinculação do professor Zaba com a maçonaria, fato comum entre os republicanos paulistas dos últimos decênios do Oitocentos” (SANTOS, 2021, p. 26-27).

Mais recentemente, Leandro Almeida (2022), a partir da edição canadense de 1874, discutiu “[...] o papel da materialidade, visualidade e design nas representações do tempo, da História e o papel que tem no seu ensino”. Para o autor, “[...] o método Zaba pode nos ajudar a conhecer outros ângulos da história escolar que queremos superar, e nos sensibilizar para pesquisa de novas formas de apresentação para novas histórias” (ALMEIDA, 2022, p. s/p).

Neste artigo, tomo a circulação do *Methodo Zaba* no Brasil como um “caso singular” em que Passeron e Revel (2020) buscam responder: o que as apropriações do método revelam acerca das formas de ensinar conteúdos históricos nas escolas brasileiras, tendo em vista a necessidade de se observar a diversidade de experiências institucionais e de sujeitos individuais (FREITAS; OLIVEIRA, 2022), em um contexto marcado pela profissionalização docente (GONDRA, 2018; BORGES, 2021), pela emergência da indústria escolar em escala transnacional (MEDA, 2015 e ALCÂNTARA; VIDAL, 2022) e pela reorganização dos programas (BITTENCOURT, 2018a) e modernização dos métodos para ensinar história (SANTOS, 2021).

Para tanto, procuro reconstituir o trânsito de Félix Zaba pelo país, destacando a sua presença em quatro províncias: Rio de Janeiro (em dois momentos: julho a dezembro de 1870; abril a maio de 1871); São Paulo (janeiro a março de 1871); Bahia (junho a agosto de 1871); e Pernambuco (agosto a setembro de 1871), recuperando, nesse movimento, possíveis

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

relações com o processo de profissionalização docente e com a constituição de uma indústria escolar. Além disso, mobilizo visões e apropriações de diferentes sujeitos escolares em relação ao *Methodo Zaba* para pensar o ensino de História nesse período.

Trânsitos e movimentos do Conde Zaba no país

A passagem de Napoleão Félix Zaba pelo Brasil fez parte das viagens pedagógicas intercontinentais que o “conde” – título com o qual se apresentava – empreendeu entre 1868 e 1879. No roteiro estiveram também países como Estados Unidos (1869), Argentina (1870), Portugal (1871-72), Canadá (1874), Peru (1875), Chile (1875), Havaí (1876), Austrália (1876) e Nova Zelândia (1877). Lugares em que, além das conferências, cursos e exames, Zaba publicou os seus mapas cronológicos, bem como versões revisadas e traduzidas da “Chave do Método” – um livreto que traz a explicação da metodologia e os dados históricos selecionados pelo autor. Esses dados eram representados por símbolos em um mapa cronológico, em formato de diagrama com 100 casas (quadrados), representando um século.

Nesse movimento, era comum que, em suas viagens, Félix Zaba se apresentasse às autoridades nacionais/locais, assim como aos órgãos responsáveis pela gestão do(s) sistema(s) de ensino e, depois, buscasse os serviços de um tipógrafo local para garantir a edição e, eventualmente, a tradução dos materiais didáticos que integravam a sua metodologia mnemônica para o ensino de conteúdos históricos factuais ligados à História Universal, embora pudesse ser adaptado para outros temas e períodos históricos.

No Brasil, a sua chegada aconteceu em um momento de reformas educacionais e de intensos debates entre professores e governos. A pesquisadora Angélica Borges (2021, p. 54-55), a partir de um exame do “[...] aparato jurídico que incidiu sobre o exercício da profissão na Corte ao longo do século XIX”, observou três “movimentos temporais”, um primeiro, em meados de 1837, marcado por uma regulamentação dispersa e relações institucionais pouco profissionais, bem como discussões em torno da oferta de cadeiras primárias e do método mútuo; o segundo, no bojo das Reformas de 1854, em que o reordenamento legal acabou por estabelecer “[...] relações institucionais mais burocratizadas/profissionais sob a gerência da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC); e o terceiro, pós 1870, que se relaciona à ofensiva “[...] mais incisiva dos professores na relação com o governo”, no qual eles se reconhecem como categoria e passam a agir de forma mais coletiva, com o surgimento de associações docentes.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Vidal e Silva (2010, p. 33) apontam que esse processo de profissionalização também se materializou na criação das Escolas Normais e no surgimento da imprensa periódica educacional.

Nesse sentido, as preleções e os cursos oferecidos pelo Conde Zaba, embora fizessem parte das estratégias de comercialização, servindo como vitrine para o “sistema polonês”, podem ser lidas como parte de um conjunto de ações com vistas à formação dos docentes organizadas/autorizadas pelos órgãos educacionais. Por ofício, as Diretorias e/ou Inspetorias de Instrução convidaram/convocaram os seus professores para participar das preleções oferecidas pelo polonês. No Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, localizei correspondências de professores primários justificando o não comparecimento na atividade com o didata, indicando que havia uma preocupação de que os docentes integrassem essas atividades de formação e aproveitassem a apresentação de novos métodos de ensino⁵. Na Bahia, para a sua primeira preleção no Liceu Provincial, a Diretoria de Instrução remeteu ofícios a uma série de instituições e sujeitos escolares a fim de que fossem observar as vantagens do método. Entre os remetentes estavam: o Inspetor de Aula Públicas, Bel Anfilófilo Botelho Freire de Carvalho; os membros da Congregação da Faculdade de Medicina, sem especificar destinatário; Guilherme Pereira Rabello, diretor do Colégio Parthenon-Bahiano e membro do Conselho Superior de Instrução Pública; Lourenço Cajaty, chefe do Externato; e o professor de francês do Liceu, José Marcelino Moreira Sampaio⁶.

Considerando-se os sujeitos escolares como o público-alvo dos materiais didáticos do Conde Zaba, as instituições de ensino constituíam importantes espaços de divulgação da proposta metodológica cedendo as suas instalações para a realização das preleções, bem como se configuraram como um *hub*, ou seja, um “[...] ponto de conexão de redes, local de encontro e passagem” (VIDAL; RABELO, 2020, p. 13), oportunizando o intercâmbio de ideias e o estabelecimento de redes de contato que facilitaram o trânsito de Zaba pelo país. Após realizar a primeira conferência em 17 de julho de 1870, no Colégio Pedro II, o nobre didata agradeceu a Manoel Pacheco da Silva, membro do Conselho de Instrução e reitor do imperial colégio,

⁵ José Joaquim Pereira de Azurara, professor da Ilha de Paquetá, por exemplo, em carta para Frei José de Santa Maria Amaral (diretor da Inspetoria Geral), afirmou que “força maior” o privou de assistir à conferência para o qual havia sido convidado pelo diretor (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Instrução Pública. Contas, propostas, orçamentos, processos administrativos, diplomas, cartas, contratos, títulos e livro de visitas. Códice: 11.3.29, fl. 122, 03 jan. 1871). Já na capital paulista, as professoras Catharina Amelia de Prado Alvim e Deolinda Bueno de Aguiar explicaram à Diretora de Instrução que não puderam comparecer (por razões de saúde) à preleção do polonês na Faculdade de Direito, apesar do convite que lhes foi feito pelo órgão (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província de São Paulo. Códice: CO5037, 6 fev. 1871).

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Registro de Correspondências expedidas. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço: 7092, n. 494 a 512, jun./jul. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

“[...] por haver proporcionado a oportunidade de ocupar a atenção de um numeroso e ilustrado auditório, relativamente à utilidade prática do meu método de ensino”⁷. Além de Silva e outras figuras influentes na cena educacional da Corte, estiveram, na ilustre plateia, D. Pedro II e o genro, Conde D’Eu.

No decorrer de sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro, o polonês realizou pelo menos três atividades no importante Colégio Pedro II, sendo duas preleções e um exame público⁸, além de outras três conferências no Clube Fluminense⁹, no Colégio Militar da Praia Vermelha¹⁰ e na escola primária da Freguesia da Glória¹¹. Ademais, visitou o Colégio de Meninas, de Mme. Tanière, onde assistiu a uma demonstração da aplicação de seu método pela professora Olympia Tanière¹², promoveu encontros de formação em sua residência, situada à rua de Carvalho de Sá, n.32¹³ e, logo que lançou o *Methodo Zaba*, ofereceu “[...] gratuitamente explicações [...] à rua Ourives n.15, às pessoas que assinarem um livro que este senhor acaba de imprimir”¹⁴.

Em 7 de dezembro de 1870, ainda durante a primeira estada no Rio de Janeiro, Conde Zaba visitou, a convite da Inspeção de Instrução, a Escola da Freguesia da Glória, em que foi recebido pelo professor primário Manoel Pereira Frazão e fez uma apresentação do método para alguns professores e professoras da escola primária, que foram pessoalmente convidados pela Diretoria de Instrução para participarem dessa atividade de caráter formativo. De acordo com o relato de Frazão, assistiram à conferência os/as seguintes docentes: Luiza Ferreira Sampaio, Joanna Amalia de Andrade, Anna Euqueria Lopes Alvares, Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina, Maria Nazareth Santos Garrocha, Guilhermina Emilia da Rocha, Cândida Cesar de Lima, José Bernardes Moreira, João Pedro dos Santos Cruz, Gustavo José Alberto e Antonio Estevão da Costa e Cunha¹⁵. No relatório sobre a atividade, enviada à Inspeção pelo professor Cunha (da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador), ele deixa claro que estava cumprindo uma ordem do órgão, porém tinha interesse no tema, pois já havia ouvido falar do método por meio das notícias que chegavam pelos jornais:

⁷ ZABA, N. F. Ensino de História. *Diário do Rio de Janeiro*, n.199, 21 jul. 1870. p. 2.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, n.194, 16 jul. 1870.

⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 268, 28 set. 1870.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 11 dez. 1870.

¹¹ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Relatórios e Ofícios. Códice, 11.3.23, fl. 163, 28 dez. 1870.

¹² *Diário do Rio de Janeiro*, n. 292, 22 out. 1870.

¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 307, 6 nov. 1870.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 23 set. 1870.

¹⁵ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Livros e material escolar. Códice, 11.3.34, fl. 30 - 31, 5 maio 1871.

[...] não hesitei, contudo, em atravessar [...] (ontem), os 14 quilômetros que separam esta escola da freguesia da Glória, não só porque a fim de cumprir a ordem de V.ex.^a, mas também porque deste exílio mesmo em que me acho, eu já sabia [sic] pelos jornais da existência daquele peregrino e do seu método aí na Corte, e muito desejava [...] ver e examinar, por mim mesmo, que grande vantagem teria tal invento¹⁶.

O movimento do Conde Zaba por São Paulo, entre janeiro e março de 1871, também foi marcado por muitos encontros e conferências. Sua primeira palestra na capital aconteceu no Seminário Episcopal e foi ministrada em língua francesa, no dia de fundação da cidade - 25 de janeiro. Três dias depois, na Estação da Luz, uma nova conferência, mas agora em inglês, foi noticiada pelo *Diário de São Paulo*, em 24 de janeiro de 1871. No entanto, sua primeira preleção dedicada – prioritariamente – ao público escolar, em especial “lentes e professores”, ocorreu em 6 de fevereiro na Faculdade de Direito¹⁷. Na ocasião, Luiz Cazes, estudante do Colégio Alemão dirigido por Isidoro Pereira, após ter algumas aulas com Zaba, “[...] habilitou-se a responder satisfatoriamente sobre os fatos e datas principais dos primeiros séculos da era cristã”¹⁸. Diga-se de passagem, os primeiros séculos no *Methodo Zaba* são os mais fáceis de serem memorizados, porque trazem um número reduzido de cores (cada cor no diagrama representa um país) e de eventos históricos (representados por símbolos).

Ainda na capital paulista, o Conde Zaba visitou, em 08 de março, o Palácio do Governo, onde fez uma apresentação para o Presidente da Província, membros da Assembleia e da Secretaria de Governo e outros convidados¹⁹. Assim como na Corte, o didata ofereceu, àqueles que adquirissem um exemplar do *Methodo*, um “curso do sistema”²⁰, a fim de alcançar maiores vendas. Além da Faculdade de Direito, na qual deu a sua última preleção em 16 de março e, segundo consta, “[...] foi entusiasticamente aplaudido”²¹, o didata circulou e teve o método adotado entre os mais importantes colégios particulares, como o São Luiz, em Itu; o Alemão, de Isidoro Pereira e o Caroline de Florence, em Campinas²².

Ao retornarem ao Rio de Janeiro, em abril de 1871, Zaba e a filha ficaram por mais um mês e meio na capital do Império, de onde partiram para a Bahia. O polonês aproveitou a segunda passagem para retomar os contatos com o Conselho de Instrução do

¹⁶ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Relatórios e Ofícios. Códice, 11.3.23, fl. 163, 28 dez. 1870.

¹⁷ *A Reforma*: órgão democrático, 16 fev. 1871.

¹⁸ *Correio Paulistano*, 9 fev. 1871.

¹⁹ *Diário de São Paulo*, 9 mar. 1871

²⁰ *Correio Paulistano*, 9 fev. 1871.

²¹ *Correio Paulistano*, 17 mar. 1871.

²² *Gazeta de Campinas* (SP), 25 mar. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Império, voltar ao Paço Imperial²³ e oferecer mais algumas preleções na Escola Central²⁴. Àquela altura, o didata salientou que, passados dez meses no Brasil, “[...] mais de seiscentas pessoas no Rio de Janeiro, São Paulo, Itu, Campinas e Santos já foram (sic) instruídas no tocante a aplicação deste *Methodo* a diversos estudos”, e que, nesse período, ele havia empregado “[...] todo o empenho em facilitar e animar a aquisição deste *Methodo*, dando curso de lições gratuitas”²⁵ Nas palavras do Conde Zaba:

Na qualidade de estrangeiro é para mim um verdadeiro prazer poder dizer que os meus esforços para captar a atenção da parte inteligente deste país para a utilidade de meu método na senda da instrução, e sobretudo enquanto a sua adaptação ao estudo da História Universal, farão acolhidas com presteza que não é senão reflexo do espírito sempre ativo e sempre procurando novos meios para aumentar a versatilidade de seus estudos. [...]. Era minha ambição provocar o veredito da opinião pública²⁶.

Na Bahia, onde desembarcou em Salvador no início de junho de 1871, Conde Zaba fez duas preleções no Liceu Provincial, em 14 e 18 de junho de 1871, e uma no Externato Normal, em 18 de julho²⁷. Nessas atividades, estiveram presentes os professores de Geografia e História do Liceu, Oliveira Botelho e Luiz José da Costa, e do Externato da Bahia, Joaquim José da Palma. Entre os colégios que adotaram o *Methodo Zaba* na capital soteropolitana figuram o Ateneu Baiano, dirigido pelo padre Dr. Urbano Silva Monte²⁸ e o Ginásio Brasileiro-Alemão, além do Externato, em que um estudante – Malaquias Permínio Leite – desenvolveu uma adaptação do *Methodo Zaba* ao ensino de História Pátria²⁹. A iniciativa foi exaltada pelo vice-diretor da Instrução, Franco da Costa Meirelles, que – em carta enviada à Direção – chega a pedir que fosse considerada a nomeação do “aspirante a professor” dada a qualidade do trabalho.³⁰

Em Pernambuco, a passagem do polonês também foi marcada por duas grandes preleções na Escola Normal e na Faculdade de Direito, bem como outras atividades menores

²³ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 134, 16 de maio de 1871.

²⁴ *Diário de Rio de Janeiro*, n. 138, 20 de maio de 1871.

²⁵ ZABA, N. F. *Carta ao Inspetor Geral*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 11.3.34, 2 maio 1871, fl. 32.

²⁶ ZABA, N. F. *Carta ao Inspetor Geral*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 11.3.34, 2 maio 1871, fl. 32-33.

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Registro de Correspondências expedidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço: 7092, n. 494 a 512, jun./jul. 1871.

²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul. 1871.

²⁹ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. fl.36.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

voltadas para os leitores e grupos de professores convidados. Uma dessas atividades para pequenos grupos aconteceu no Ginásio Pernambucano, o mais importante estabelecimento de ensino secundário, em 09 de agosto de 1871, na qual participaram alguns professores do Ginásio Pernambucano – Cônego Rochael, Dr. Nery Collaço, Dr. Carneiro Monteiro, Torres Bandeira e Ferreira e Silva – e dois alunos – Manoel Clementino de Oliveira e Hermínio Moreira. Na ocasião, o conde fez uma exposição do funcionamento do método, e depois os docentes puderam tirar dúvidas com o autor e interagir com os estudantes, que haviam sido (anteriormente) preparados pelo didata. Quatro dias depois, na Escola Normal, Zaba deu a sua primeira conferência aberta a um público mais amplo, na qual destacou que “[...] de todos os nossos estudos, é certamente o da História Universal que nos apresenta a maior soma de atrativos”, sobretudo porque abarcaria exemplos morais a serem seguidos, contribuindo para o progresso da Nação³¹.

Tomando, portanto, as preleções como espaço de formação de professores no bojo do processo de profissionalização docente que caracterizou a segunda metade do século XIX, o uso das instalações de instituições como o Colégio Pedro II, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, o Liceu Provincial e o Externato Normal na Bahia, bem como o Ginásio Pernambucano e a Escola Normal na capital pernambucana indica que havia uma preocupação por parte da gestão pública de que tais estabelecimentos servissem como laboratório de inovações (e “modismos”) pedagógicos e se consolidassem como “instituições-modelo” para a organização de estabelecimentos de ensino. Além disso, a defesa do método feita por conselheiros e diretores de Instrução, como Pacheco da Silva (no Rio de Janeiro) e Franco da Costa Meirelles (na Bahia), fomentou a adoção do *Methodo Zaba* (1870) nas Escolas Normais, cujo objetivo era munir os estudantes com técnicas e conteúdos úteis ao ensino. No Rio de Janeiro, consta no Relatório da Escola Normal que, em 1871, o método teria sido aplicado em 54 lições para os alunos e 53 para as alunas, já que:

Pelo sistema de alternância do ensino cada sexo não tem mais do que 3 lições por semana, porque cada aula tem duração de 40 minutos. - Ora, é preciso dividir o tempo em duas partes - metade para lição e metade para explicação. - Portanto o professor não teve mais de 18 horas, desde fevereiro até Novembro, para lecionar esta matéria a cada um dos anos!³².

O relato denota o disciplinamento das rotinas escolares e dos saberes difundidos, assim como evidencia a preocupação com o método de ensino e a organização da aula. Tais aspectos colocam a escola como “[...] uma poderosa instância de aquisição de materiais

³¹ *Diário de Pernambuco*, 18 ago. 1871.

³² RELATÓRIO da Escola Normal *apud A Verdadeira Instrução Pública*, 1873, p. 364.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

escolares produzidos em série” e, portanto, “[...] um atraente mercado à indústria, especialmente porque é respaldado por um comprador de lastro (o Estado).” (VIDAL; SILVA, 2010, p. 33). Nesse sentido, consideramos que o método mnemônico polonês representa bem o que Juri Meda caracteriza como:

[...] os produtos da indústria escolar [...] e os objetos de consumo de um mercado emergente, em contínua expansão, em que – como em qualquer outro mercado – impera a lei da oferta e da procura e, frequentemente, a demanda – se poderia dizer a “necessidade do consumidor” que esta implica – é induzida pelos mesmos fabricantes, que tratam de antecipar-se aos tempos interpretando, de forma imediata, as necessidades educativas dos docentes, e produzindo materiais didáticos inovadores capazes de responder às ditas necessidades da melhor maneira (mas, também, pela mais rentável) possível e de maximizar os resultados da atividade educativa levada a cabo na sala de aula pelos professores, fazendo o processo de aprendizagem cada vez menos complexo e mais eficiente, isto é, fundado no princípio do máximo benefício com o menor desperdício de energia possível, típico dos sistemas econômicos massificados (MEDA, 2015, p. 21).

No caso de Zaba, durante a sua segunda visita à Corte, em maio de 1871, ele demonstrou estar descontente com a demora dos conselheiros do Império em dar um parecer final a respeito de seu método de ensino e incluí-lo no programa dos exames. Em sua defesa, o polonês – primeiro – enviou uma correspondência ao Frei José de Santa Maria Amaral, Inspetor Geral interino da Instrução Primária e Secundária³³, na qual retomava as vantagens de seu método mnemônico e pedia que o Conselho de Instrução incluísse o *Methodo Zaba* nos programas dos cursos preparatórios. Em suas palavras:

Se V.M.J houver por bem ordenar-me de continuar a tomar uma parte ativa na promulgação deste *Methodo* para que possa fazer parte do programa das escolas preparatórias, atrevo-me a dizer que o estudo de História Universal junto com a Geografia forma um estudo completo, bem calculado para despertar a inteligência dormente dos meninos, e pelo grupar de ideias preparar-se-ão para entrar em uma carreira intelectual em grande escala.³⁴

Ainda que, entre julho e dezembro de 1870, Zaba tenha aberto importantes canais para negociação com o governo e dado boa visibilidade à sua metodologia, por meio de preleções, exames públicos e cursos de introdução ao método, àquela altura, em maio de 1871, o autor ainda esperava que as instâncias burocráticas da Corte validassem a qualidade do material, não apenas o recomendando para o uso nas escolas, mas o incluindo no programa

³³ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Livros e material escolar. Códice, 11.3.34, fl. 30 - 31, 5 de maio, 1871.

³⁴ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Livros e material escolar. Códice, 11.3.34, fl. 30 - 31, 5 de maio, 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

oficial dos exames preparatórios, o que ampliaria a sua presença nas escolas secundárias e nos cursos voltados para as provas de História.

Contudo, segundo noticiado na imprensa, em novembro de 1870, o governo imperial havia adquirido 20 exemplares, mas a matéria não especifica quais instituições receberam o material³⁵. Desse montante, talvez, tenha partido o exemplar do método enviado pela Secretaria de Negócios do Império ao Colégio Pedro II, segundo consta em ofício de dezembro de 1870, cuja indicação era de que o material fosse usado “[...] para o ensino de História e da Estatística”. Além disso, também é provável que parte dos mapas tenha sido remetido a Recife, tendo em vista que, logo no início de janeiro do ano seguinte, o *Diário de Pernambuco*, em 03 de janeiro de 1871, informou que a Faculdade de Direito havia recebido materiais de Zaba, assim como outra parte pode ter chegado a São Paulo, já que um ofício do mesmo período, remetido pelo Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, Antonio L. Campos, confirmou o recebimento de mapas grandes que, segundo o documento, seriam enviados às escolas primárias³⁶.

Na Bahia, o governo adquiriu cerca de 200 exemplares do *Methodo Zaba*, sendo que 50 deles foram enviados, a pedido de Franco da Costa Meirelles, vice-diretor de Instrução Pública, para o chefe do Externato, Lourenço Cajaty³⁷, e a mesma quantidade para a diretora do Internato, Ana Joaquina Santos Bonaty³⁸. No ofício enviado, Meirelles argumentava que os mapas eram “indispensáveis” para a compreensão do método pelos alunos, indicando – nas entrelinhas – o uso dos materiais nas classes de História³⁹.

Segundo o *Relatório da Província* da Bahia, 13 exemplares foram encaminhados a escolas e professores que os solicitaram; enquanto 87 ainda estavam sob a guarda da Diretoria Geral de Instrução Pública⁴⁰. Entre os pedidos de professores, localizei alguns casos. Em agosto de 1871, por exemplo, o professor primário de Cachoeira, Antônio Bahia da Silva Araújo, alegando que desejava admitir em sua aula “[...] o método de ensino ultimamente

³⁵ *Diário de Notícias*, 8 nov. 1870.

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província de São Paulo Códice: CO4920, fev. 1871.

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871.

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), Registro de Correspondências expedidas, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço: 7092, n. 494 a 512, jun - jul. 1871.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul.1871.

⁴⁰ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. fl. 36.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

apresentado na capital”, pediu seis exemplares para a Diretoria Geral⁴¹. No ano seguinte, o *Methodo Zaba* também estava entre os livros solicitados pelos professores (primários) Luiz Ribeiro de Castro Amamby e João Theodoro Araponga, que atuavam em Vila de Monte Santo e na Freguesia de Santana, respectivamente⁴².

Os indícios apontam que Zaba teria recebido, pelo menos, 2:000\$000 do governo central “[...] pelo seu passeio científico”⁴³, informação, também, citada pelo professor pernambucano Felipe Nery Colaço⁴⁴. Outro registro de pagamento ao autor se encontra no Balanço de Receita e Despesa do Império, publicado em 1873, no qual há a indicação de que teriam sido pagos a ele 1:000\$000 (um conto de réis) referente às prestações pela venda de mapas da História Universal. O montante, por exemplo, é semelhante ao que José de Alencar recebeu, em 1870, por ter vendido a Garnier a “propriedade perpétua” dos seguintes livros: *O Guarani* (com direito à tradução gratuita para o francês), *Lucíola*, *Cinco Minutos e A Viuvinha*. Contudo, foi abaixo do 1:000\$800 (um conto e oitocentos mil réis) que o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro teria recebido pela quarta edição de História Sagrada Ilustrada⁴⁵. Aliás, como assinala Cynthia G. Veiga (2018), problematizar os custos do material didático escolar, entre outros elementos intrínsecos ao funcionamento das instituições de ensino, é fundamental para a compreensão da materialidade da escola.

A edição brasileira, cujo título completo era *Methodo Zaba para o estudo da história Universal, com mappa chronologico, chave e taboa de exercícios*, foi editada por Pinheiro Garcia, sendo impressa em formato in-8, com aproximadamente 14cm x 21cm e 39 páginas. Treze delas dedicadas à explicação do método e outras 27 com a lista de dados factuais a serem representados nos mapas. Todavia, o “kit de materiais” do método também incluía: alguns diagramas coloridos e em branco, comumente chamados de “mapas”, de dois tamanhos diferentes (grandes e pequenos) utilizados para formar um Quadro Histórico dos séculos da era cristã; e uma caixa de cristais de várias cores e tamanhos para pintar/designar os países.

No *Methodo Zaba* (1870), os eventos históricos, arrolados de forma cronológica no livrinho, estão ligados à História Sagrada e à história política de países europeus, com

⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Educação. Maço: 6543, 21 ago. 1871.

⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Educação. Maço 6544, 21 dez. 1872.

⁴³ *Reforma*, 16 fev. 1871.

⁴⁴ *Diário de Pernambuco*, 20 set. 1871.

⁴⁵ Os dados estão elencados no site do projeto *Linha do Tempo - Números, Estatísticas e Valores*, da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/index.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

destaque para guerras, conquistas, calamidades, tratados e insurreições. Nesse sentido, os personagens históricos presentes no material, em geral, são figuras bíblicas, santos e papas católicos, além de membros das diferentes monarquias europeias. Segundo Zaba (1870, p. 4), “[...] o objeto da História Universal exige rigorosa atenção, tanto na coleção de fatos, como na sua coordenação conforme a ordem cronológica em que se [sic] sucederam”.

Dessa forma, o autor adota a cronologia cristã, explorando 24 séculos antes de Cristo, nos quais seleciona os principais eventos e personagens que marcaram o Antigo Testamento e, depois, um arco temporal que vai do século I. d.C até o século XIX, destacando pessoas e acontecimentos ligados à história do Cristianismo, da Igreja Católica, do Protestantismo, da Roma Antiga, da Escócia, da França, da Grã-Bretanha, da Espanha, de Portugal, da Alemanha, da Prússia, da Polônia, da Rússia, dos Estados Unidos e do Brasil (na edição brasileira).

Na primeira parte do opúsculo em português, Zaba (1870, p. 3-4) apresenta o método como “[...] simples, prático e de um modo maravilhosamente apropriado ao estudo da História Universal em particular”. Uma de suas principais vantagens seria habilitar o estudante “[...] a examinar os fatos ano por ano, ou século por século, sem a menor ‘desviação’ (sic) da ordem que os fatos ocorreram”, garantindo o domínio da ordem cronológica dos eventos históricos. Para Zaba, o método proporcionaria “[...] fácil dominação da matéria toda, apesar de ser ela volumosa” (ZABA, 1870, p. 4). Todavia, o sucesso da metodologia no ensino da matéria estava atrelado à capacidade de o estudante “[...] observar rigorosamente as regras” do sistema (ZABA, 1870, p. 5) e à progressividade das lições aplicadas, de modo que, como ensina o didata, “[...] logo que a vista for suficientemente familiarizada com o primeiro século, passai ao segundo; e assim por diante, até estender-vos pelos diagramas todos do mapa inteiro” (ZABA, 1870, 10).

Se, no *conteúdo*, o Conde Zaba parece não ter inovado muito, tendo em vista a prevalência dos dados factuais ligados à história sagrada e aos personagens e eventos políticos mais relevantes da história europeia, também presentes nos compêndios de História Universal ou da Civilização comumente utilizados nas escolas secundárias, o elemento inovador da metodologia estava relacionado à *forma* de representar a cronologia em um diagrama coberto por símbolos e cores. Era, portanto, a visualidade do material didático a sua principal novidade, na medida em que apresentava um modo *outro* de representação gráfica do tempo que, apesar de manter a ordem cronológica linear, organizava os acontecimentos históricos em uma grade composta por caixas e não em uma linha do tempo ou um quadro sinóptico, comuns aos métodos e materiais didáticos voltados para o ensino de História à época. Assim

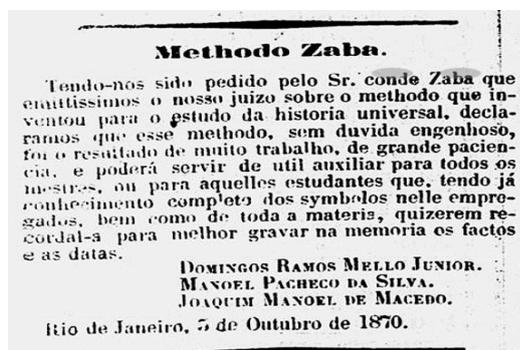
Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

sendo, no sistema polonês as cores e os ícones reforçam o caráter visual da abordagem, com o intuito de facilitar a associação das informações, levando os estudantes a reterem na memória uma quantidade significativa de dados (históricos), objetivo contumaz das metodologias mnemônicas.

Visões e apropriações: ver e fazer docente

Durante a sua estada no Brasil, a imprensa serviu como importante veículo de divulgação das preleções e do próprio *Methodo Zaba*, bem como foi o espaço escolhido por alguns professores para manifestar uma opinião sobre a proposta. Foi o caso de Pacheco da Silva (reitor e conselheiro da Instrução), Domingos Ramos de Mello Junior (professor de História Média e Moderna) e Joaquim Manuel de Macedo (professor de História do Brasil), ligados ao Colégio Pedro II, que assinaram uma nota conjunta a respeito da metodologia (figura 1).

Figura 1- Nota dos docentes Colégio Pedro II



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1870)⁴⁶.

A manifestação pública teria sido um pedido do próprio autor, denotando o bom trânsito do polonês entre os professores do Colégio Pedro II, instituição referência para a educação secundária em todo o país, na qual, desde a sua fundação, havia duas cadeiras voltadas à História⁴⁷, sendo que o Regulamento de 1855, especificamente, introduziu a

⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 207, 7 out. 1870. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁴⁷ Maria Bastos (2008, p. 47) afirma que: “Os estudos do Colégio de Pedro II estavam divididos em primeira e segunda classe. Os da primeira classe são: gramática nacional; latim; francês; inglês; explicação desenvolvida dos Evangelhos e noções de moral; aritmética e álgebra até equação do segundo grau; geometria e trigonometria retilínea; geografia e história do Brasil; ciências naturais (zoologia, botânica, mineralogia, geologia, física e química); desenho e música; dança e exercícios ginásticos. Os estudos de segunda classe são: alta latinidade, grego, alemão, geografia e história antiga, geografia e história da Idade Média, filosofia racional e moral,

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

História do Brasil como disciplina autônoma em relação à História Geral, que passaria a conviver com a História Sagrada (BITTENCOURT, 1993), para o qual, eventualmente, o *Methodo Zaba* (1870) poderia ser útil à medida que abarcava muitos eventos e personagens da Bíblia e da história do Cristianismo. Para Bittencourt (1993, p. 196):

[...] o conservadorismo educacional é perceptível pela introdução da Religião como matéria obrigatória no ensino secundário e, sobretudo, pela ênfase no currículo calcado nos estudos Literários e de Retórica, eliminando disciplinas de cunho mais científico existentes no programa inicial do Colégio Pedro II.

Nesse sentido, de uma perspectiva disciplinar mais científica, o ensino de História cumpriria uma missão civilizacional, ligada tanto à construção da identidade nacional e ao fortalecimento da comunidade imaginada quanto à constituição da cidadania política. Enquanto, do ponto de vista mais humanístico, compartilhada pelo didata polonês, a história deveria transmitir a moralidade cristã e o pensamento ilustrado, ressaltando, também, o desenvolvimento tecnológico e as descobertas “úteis” no campo da ciência.

Assim como os docentes do Colégio Pedro II, Alcântara Lisboa, que ocupava a 2ª cadeira na Escola Normal, optou por socializar o seu parecer com um público mais amplo, publicando-o no *Diário do Rio de Janeiro*. No texto, Lisboa aponta que considera o uso dos quadros sinópticos e mapas cronológicos imprescindíveis a “um estudo sério de geografia e da história”, de modo que o *Methodo Zaba*, por sua simplicidade e a engenhosidade, poderia:

[...] auxiliar o professor no ensino oral, único por onde se reconhece o hábil professor, utilíssimo para recordar o conhecimento previamente adquiridos indispensável a (*sic*) estudo da filosofia da história, vantajoso para a aprendizagem quer dos adultos, quer dos meninos menores de 8 a 15 anos. Pelo que respeita aos adultos o método dispensa o auxílio do professor, [...] ⁴⁸.

Dois aspectos do processo de ensino e aprendizagem, presentes na cultura escolar, chamam a atenção no parecer de Alcântara Lisboa: a valorização do ensino expositivo ou oral – como ele se refere – e a importância da recuperação dos conhecimentos prévios dos estudantes. Nesse sentido, para Lisboa, o *Methodo Zaba* seria capaz de auxiliar o professor na exposição do conteúdo e na rememoração do que os alunos já conheciam acerca do evento/personagem histórico abordado em aula. Além disso, outro ponto destacado foi a versatilidade da proposta, uma vez que reconhece a amplitude do público e dos espaços para o

retórica e poética, italiano. Para o título de bacharel em letras era necessário o curso completo da primeira e segunda classes, dividido em sete anos”.

⁴⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 268, 28 set. 1870.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

qual o método poderia ser mobilizado: de crianças a adultos, de escolas ao uso doméstico/privado/individual. A seu favor ainda contaria a capacidade do método de, nas palavras do docente, “[...] transforma (*sic*) o estudo em divertimento muito instrutivo, sem dúvida mais interessante do que o jogo do loto”⁴⁹.

A fim de demonstrar que empiricamente o método vinha apresentando bons resultados, Alcantara Lisboa menciona o trabalho desenvolvido pela professora Olympia Tanière utilizando o método de Zaba com uma estudante de (apenas) 9 anos, no Colégio de Meninas, administrado por sua mãe – Mme. Tanière. Segundo consta, a aluna foi testada oralmente perante um auditório e teria sido “[...] surpreendente a *cópia de conhecimentos* que a menina [...] revelou”⁵⁰. Entre os presentes, estavam figuras importantes como o Barão de Cotegipe⁵¹, Dr. Cândido Mendes de Almeida⁵², José Cardoso da Silva e Pe. Paiva.⁵³ Outrossim, o professor Pereira Frazão, impactado pela performance de Tanière e das estudantes no manejo da metodologia para o estudo da estatística, destacou (em um artigo publicado na *A Verdadeira Instrução Pública*) a possibilidade de adaptação do método polonês a outros temas e ciências, fazendo referência especialmente aos estudos estatísticos:

[...] não se pode considerar exclusivo em nenhuma de suas aplicações; mas em cada uma delas é um auxiliar poderosíssimo, não só para promover as mais felizes associações de ideias, como para, por meio delas, arquivar (por assim dizer) somas consideráveis de conhecimentos diversos, de modo a estarem presentes ao espírito, e na melhor ordem, em qualquer momento preciso. De todas as aplicações, a que mais me impressionou foi a que o ilustre professor fez do seu método à estatística, ciência entre nós tão ignorada, apesar de sua imensa utilidade para o estadista, e hoje para todo o cidadão⁵⁴.

Na visão de Frazão, usando o *Methodo Zaba*, o professor teria um papel importante na mediação pedagógica, sobretudo por meio da exposição dos fatos selecionados pelo material que apareceriam indicados simbolicamente no mapa cronológico. Para ele, a principal vantagem do método era a de facilitar a organização cronológica dos fatos por meio da associação, e não uma suposta economia de tempo na memorização de uma informação, tampouco uma possível redução do trabalho docente. Em suas palavras: “A grande alavanca

⁴⁹ LISBOA, Pedro A. *Methodo Zaba*. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 268, 28 set. 1870. p. 4.

⁵⁰ LISBOA, Pedro A. *Methodo Zaba*. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 268, 28 set. 1870. p. 4.

⁵¹ Senador pela Bahia e Ministro da Marinha, em 1870.

⁵² Deputado por Maranhão e proprietário do Instituto Philomático, membro da comissão de pesquisa de manuscritos e documentos do governo imperial.

⁵³ *Diário do Rio de Janeiro*, 22 out. 1870.

⁵⁴ *A Verdadeira Instrução Pública*, n. 7, 1872. p. 3.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

de que o espírito precisa armar-se para remover o maior obstáculo no estudo da História, é a ordem cronológica dos fatos; e essa dificuldade fica removida pelo método [...]”⁵⁵.

À época, Frazão se tornou um dos principais defensores da metodologia polonesa na Corte. O apoio não era menos importante, pelo contrário, o professor primário mostrou-se um bom articulador político, tendo sido o relator do “Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte”, editado em 1871. O documento foi escrito (em 1870) com a finalidade de apresentar, inicialmente à Assembleia Legislativa e ao Ministro do Império, as reivindicações dos trabalhadores da educação primária, pontuando os principais problemas enfrentados pelos docentes para o exercício pleno de seu ofício. Além dos baixos salários, criticaram a postura de determinados ministros que insinuavam que os professores eram ignorantes (GONDRA, 2018; BORGES, 2021).

Entre os signatários do documento estavam João José Moreira e Candido Matheus de Faria Pardal, parceiros de Frazão no jornal pedagógico *A Verdadeira Instrução Pública*, do qual foi redator e chegou a publicar um artigo sobre o *Methodo Zaba*. O impresso – editado entre 1872 e 1875 – cumpriu um papel importante na circulação de ideias pedagógicas e modelos didáticos, em um momento de profissionalização docente e intensos debates entre a categoria e os membros do governo em torno das questões educacionais. Com Frazão, Pardal e Moreira, mais dois professores integravam a diretoria do periódico: Antônio José Marques e Carlos Antonio Coimbra de Gouvêa (BORGES, 2021, p. 116).

As notícias produzidas na Corte sobre o método também circularam em outras províncias e foram mobilizadas para formar juízos sobre a sua utilidade. Na Bahia, por exemplo, Franco da Costa Meirelles, vice-diretor da Instrução Pública, em seu relatório menciona:

[...] que a impressão produzida por esse método no espírito do público ilustrado foi a mais vantajosa possível. Distintos professores, como Manoel Pereira Frazão e Alcântara Lisboa depois de ouvirem as preleções do Conde Zaba sobre as vantagens do seu método, vieram à imprensa proclamá-lo como um auxiliar poderosíssimo não só para promover as mais felizes associações de ideias, como para por meio delas arquivar somas consideráveis de conhecimentos diversos, de modo a estarem presentes ao espírito, e na melhor ordem, em qualquer momento preciso. O muito ilustrado professor João Batista Calógeras, cuja superior competência na matéria é reconhecida no Império, de público também manifestou sua adesão ao método declarando-o de suma utilidade para o estudo da história e digno de ser adotado para o ensino desta importante ciência⁵⁶.

⁵⁵ *A Verdadeira Instrução Pública*: órgão dos professores primários da Corte, n. 7, 1872. p. 3-4.

⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul. 1871. Grifos do autor.

Recuperando a repercussão entre os professores da capital carioca, Meirelles caracteriza o método como um auxiliar no processo de retenção e de ordenamento de dados factuais sobre o passado. Além do parecer remetido à Diretoria de Instrução, Meirelles também deu publicidade ao *Methodo Zaba* nas páginas da *Revista de Instrução*, periódico editado desde 1870 por esse mesmo órgão. Na abertura da edição de 01 de julho de 1871, dois artigos sobre o método abrem a publicação. Como – em boa medida – a revista representava a perspectiva da diretoria ligada à Instrução, assim como servia de indutora de políticas públicas e modelos pedagógicos, o destaque à proposta logo na primeira página denota a atenção dada pelos membros do órgão, sobretudo Meirelles, à metodologia polonesa, bem como o prestígio conquistado por Zaba naquele contexto. Aliás, o tom adotado é de receptividade e gratidão à presença do didata na cidade, reconhecendo a engenhosidade do método e recomendando seu uso no ensino. Em seu texto, o vice-diretor da Instrução chega a dizer que: “[...] com a publicação e a exposição de seu método, [Conde Zaba] recebe (sic) dos verdadeiros amigos das letras o tributo e o reconhecimento que, por esse serviço à instrução, lhe é devido”⁵⁷.

No segundo artigo, assinado por C. P, a preocupação foi demonstrar o funcionamento e a efetividade do método com base no que viu na primeira preleção no Liceu. Conforme narra C.P, Zaba deu algumas aulas ao filho de Franco Meirelles, um garoto de 12 anos que mostrou, à plateia presente na ocasião, ter conseguido guardar “[...] lições de um século inteiro de memória, expondo corretamente todos os grandes acontecimentos dos primeiros cem anos da era cristã”⁵⁸. Por essa demonstração, na sua avaliação, era incontestável a “utilidade dos mapas”, especialmente, para: a “[...] parte física da geografia, dos globos e sistemas planetários”; o “[...] estudo da história, [...], porque a história é a lição e o laço de todas as gerações, é o presente reverberando o passado, para refletir no futuro”; e a “[...] cronologia, [pois] com um “[...] só golpe de vista percorre-se (sic) a história inteira, indo-se com sua facilidade enumerando os sucessos por suas datas”. O articulista termina enaltecendo o trabalho de Zaba, ressaltando a importância de suas viagens. Em suas palavras: “Os que se dedicam a grande causa do ensino, formando-o um sacerdócio, são beneméritos da humanidade, e como tal consideramos o Sr. Conde Zaba, que a sua custa viaja por amor da instrução dos povos”⁵⁹. Em Salvador, outro entusiasta do *Methodo Zaba* foi o diretor do Externato Normal, Lourenço Cajaty, que acompanhou todas as conferências do polonês no

⁵⁷ *Revista de Instrução*, 1871. p. 49.

⁵⁸ *Revista de Instrução*, 1871. p. 52.

⁵⁹ *Revista de Instrução*, 1871. p. 52-53.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Liceu. Em parecer enviado à Diretoria, ele aponta que o material didático era adequado para o uso escolar e doméstico, sugerindo que os professores o adaptassem para atender a outras matérias e finalidades. Nas palavras de Cajaty:

Considero que semelhante método pode ser proveitosamente adaptado nos liceus e colégios, como nas escolas primárias, e até no seio das famílias, guardada devida gradação que, em tais casos, o ensino desse pedir. O mapa simbólico do autor e a chave que o acompanha servindo, como servem, apenas para mostrar como se deve proceder no ensino da história, sujeitam-se perfeitamente a todas as modificações que se desejem, sem que por isso se alterem nada a essência do método⁶⁰.

A partir de sua experiência docente, o diretor do Externato sugeriu alguns passos para a aplicação do método nos liceus e colégios, em que, segundo ele, “[...] a instrução é mais extensa”. Desse modo, pensando no planejamento do semestre, o professor deveria organizar o uso da “[...] chave de acordo com o fim que se deseja, devendo conter fatos de uma certa importância dos quais se possa tirar uma conclusão moral”. Portanto, para o chefe do Externato, o ensino de História deveria abarcar acontecimentos relevantes para a formação moral e personagens que servissem como exemplos “edificantes” para os estudantes, de modo que, caberia ao professor a seleção e a organização dos conteúdos a serem ensinados⁶¹.

No que tange à organização da sala de aula, Cajaty considera que cada estudante deveria estar sentado com um mapa sobre a mesa. O professor, por sua vez, precisaria ter “[...] junto a si um mapa simbólico de formato grande para servir-lhe nas explicações e nas suas recapitulações e exames”⁶². A orientação, por seu turno, apresenta a preocupação com a distribuição e organização do mobiliário e dos estudantes no espaço da sala de aula e, também, a variedade de materiais que compunham a metodologia: mapas grandes, mapas individuais, mapas preenchidos e/ou mapas lisos, adaptando-se aos diferentes métodos de ensino em voga à época – refiro-me ao ensino individual, mútuo e simultâneo.

Assim como Zaba, o chefe do Externato propõe que se explorem os mapas aos poucos, ampliando de forma gradativa a quantidade de dados históricos estudados. Para tanto, ele indicou que se explore um século a cada lição, fazendo com que os estudantes “[...] designem em seus mapas, colocando convenientemente os respectivos símbolos”. A sugestão de Cajaty é que este exercício seja repetido diariamente. No entanto, quando o professor

⁶⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871.

⁶¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871.

⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

dispusesse de “metade do tempo”, uma alternativa seria mandar “um ou mais alunos ao mapa grande” para interrogá-los “acerca do que lhes foi ensinado”. Se um aluno errar, outro deve corrigir, se nenhum estudante da classe for capaz de apresentar a resposta correta, daí o mestre responderia⁶³.

Em contrapartida, se Cajaty era um entusiasta da proposta, Joaquim José da Palma, professor de História no Externato por ele dirigido, não ficou muito impressionado com o que viu e ouviu nas preleções de Zaba. Em seu brevíssimo parecer, escrito em 07 julho de 1871, Palma confessa que, quando assistiu à primeira conferência, achou “vantajosa sua aquisição, principalmente na Cronologia, ciência inseparável da História e na mnemotecnica, na qual ela se funda; pois que se encontram no diagrama a data do fato e o sinal que o indica”, mas, ao ler o material “com mais atenção”, deparou-se “com algumas dificuldades”, passando a considerar que a variedade e a quantidade de símbolos, cores e posições no diagrama se tornam um “aglomerado na mente do estudante” que deve “produzir confusão e destrato à maioria” e cita um exemplo: “Há um símbolo que significa uma guerra, outro uma conquista: no 1º houve vitória, na 2ª derrota; mas o símbolo não indica qual a nação vencedora, qual a vencida”. E termina:

[...] sujeito-me a juízo mais seguro e menos duvidoso, não me furtando de prestar meu contingente ao desenvolvimento do método Zaba, cuja prática fortificará meu juízo duvidoso, se vossa Senhoria, em sua sabedoria, entender que abraçando o parecer de alguém mais habilitado e menos novel na matéria, deva ser adotado; merecendo, sem dúvida alguma, seu autor, pela inteligência, tempo e trabalho que empregou em confeccioná-lo, toda anunciação daqueles que as letras se dedicam⁶⁴.

Na avaliação, o professor Palma achava confusa a estrutura do método mnemônico polonês na qual se baseava o *Methodo Zaba*, que, grosso modo, funcionava a partir da associação entre diferentes ícones, distribuídos em uma grade com cem compartimentos, representados por símbolos que indicavam eventos e/ou nomes de personagens históricos relacionados à história cristã e à história política e um conjunto de cores que designavam os países europeus. Com o passar dos séculos, o número de eventos aumentava vertiginosamente, obrigando os alunos a memorizarem um número relevante de cores, sobretudo.

⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871.

⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 3 jul.1871. Grifo do autor.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Oliveira Botelho, professor de Geografia e História do Liceu Provincial desde 1856, também se opôs à utilização do *Methodo Zaba* nas escolas públicas baianas, primárias e secundárias. Após assistir às duas primeiras preleções de Zaba em sua escola (em 14 e 18 de junho de 1871), a Direção da instituição solicitou a ele e ao seu colega de área, José da Costa, que dessem os seus pareceres sobre o “valor literário” e as “vantagens” da metodologia polonesa. Costa, recém-chegado à escola, entregou seu parecer, já Botelho parece que não⁶⁵, preferindo dar sua opinião em uma breve nota publicada no *Diário da Bahia*, na qual fez uma referência elogiosa aos artigos (anteriormente publicados) de Bellarmino Barreto⁶⁶, ao dizer que eles estavam contribuindo para “fazer-se luz sobre o método de Zaba”, dando seu endosso às críticas do jornalista. Para ele, a metodologia polonesa “não ensinava fatos”, mas datas, por isso ela não serviria para ensinar história, “apenas cronologia”. Desse modo, considerava que “o método Zaba, ainda que engenhoso”, não tinha “o valor literário, que lhe dá seu autor”. No final, em tom virulento, Botelho encerra dizendo que não se ocuparia “do Senhor Conde, cuja questão é somente dinheiro”⁶⁷.

José da Costa, por sua vez, professor da recém-criada – em 1871 – cadeira de Geografia e História Antiga e Média do Liceu, via problemas no recorte temporal adotado por Zaba e reforçava a incapacidade do método de abarcar “toda” a história universal. No parecer do docente, escrito em 05 de julho de 1871, ele afirma que:

De fato o método Zaba resume-se em um quadro que apenas oferece a meus olhos a perspectiva de 43 séculos, a saber 24 antes de Cristo, e 19 depois de Cristo, no qual estão representados pelos sinais simbólicos de diferentes formas e cores fatos mais ou menos memoráveis que passaram-se em alguns lugares do Globo, durante os ditos séculos: é um índice cronológico histórico imperfeito e o estudo da história universal refere-se a todos os povos e nações conhecidas, em todas as idades, narra todos os sucessos de cada uma delas, e suas relações entre si é um código magnífico, em que estão escritas as ações dos homens tanto boas como más, desde a criação do Éden (4963 anos antes de Cristo seguindo a cronologia dos beneditinos geralmente adotada na Europa sábia) até meus dias (1871 anos depois de Cristo), compreendendo assim 69 séculos de existência⁶⁸.

⁶⁵ No Ofício remetido por Costa Meirelles à Diretoria em que ele comunica o envio dos pareceres de José da Costa, e justifica a ausência da avaliação de Oliveira Botelho, dizendo que estava “[...] deixando de remeter do outro professor de história do Liceu por não ter recebido ainda”. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul. 1871.

⁶⁶ Jornalista que dedicou pelo menos quatro artigos no *Diário da Bahia*, entre junho e julho de 1871, questionando as vantagens do método e as “boas” intenções do autor.

⁶⁷ *Diário da Bahia*, n.168, 25 jul.1871.

⁶⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 5 jul. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Para justificar essa divergência em relação ao marco cronológico, Franco Meirelles, em sua correspondência ao presidente da Província, afirmou que autores, como o Bispo Usher⁶⁹, o doutor Blair, Bailey e Desdevise, adotados nas escolas francesas e nas universidades de Oxford e Cambridge, defendiam que a criação do mundo havia se dado em 4004, marco considerado por Zaba em sua cronologia. Desse modo, não se tratava de um erro do método, mas de uma opção consciente do autor que preferiu “[...] preterir a cronologia beneditina, conhecida pela determinação de ser vulgar, [sendo esta] uma opinião que em seu favor contam notáveis autoridades”⁷⁰.

As críticas de José da Costa ao marco adotado por Zaba dão indícios da abordagem pedagógica do professor e da perspectiva sobre ensino de história que estava pautando seu trabalho (no Liceu) à época. Além de denotar sua preferência pela cronologia beneditina, ao afirmar que “o estudo da história universal refere-se a todos os povos e nações conhecidas, em todas as idades, narra todos os sucessos de cada uma delas, e suas relações entre si”⁷¹, ele aponta para uma história escolar de caráter narrativo em que a ênfase recairia sobre as relações (causais) entre as nações, pois entende que a História não seria um mero estudo de fatos isolados. Por sua vez, o marco temporal imprime à narrativa histórica escolar uma diversidade de acontecimentos ordenados de forma linear e implicados intimamente com o mito judaico-cristão. Nesse sentido, a escrita da história escolar resultaria em, nas palavras de Costa, “[...] um código magnífico, em que estão escritas as ações dos homens tanto boas como más, desde a criação do Éden”⁷².

A partir da crítica do professor do Liceu Provincial, é possível inferir que “a narrativa bíblica, concebida como texto sagrado em tais compêndios, converte-se em uma espécie de cultura universal e a superioridade cristã é demarcada”, através de uma série de jogos binários que colocam em oposição costumes, valores e princípios sociais (verdadeiro/falso, certo/errado, útil/inútil, rústico/civilizado, bem/mal, bom/ruim) (FILLAFER *apud* FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020, p. 827). Trata-se, portanto, de uma história permeada por juízos de valor, em que o “[...] binarismo incorpora uma função instrutiva ou pedagógica na medida em que apresenta padrões de moralidade e excelência”. Farias Júnior e Selva Guimarães (2020, p. 825) identificam nessa abordagem “[...] um duplo

⁶⁹ O Bispo Usher, em 1645, afirmou que o mundo havia sido criado por Deus em 23 de outubro de 4004. (BELLUZZO, GALIPOLO, 2021, p. 15).

⁷⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 11 jul. 1871.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 5 jul. 1871.

⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Correspondência recebida da Diretoria Geral da Instrução Pública. Maço: 3816, 5 jul. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

objetivo no âmbito do ensino de História: assegurar a manutenção da moralidade cristã como retificadora da ordem social e política, bem como ajustar educandos aos projetos políticos idealizados pela Monarquia”.

A resistência dos docentes baianos – que atuavam no secundário – também pode estar associada ao processo de construção da (nova) disciplina, na medida em que o desdobramento da antiga cadeira de Geografia e História em Geografia e História Moderna e Brasil e Geografia e História Antiga e Média, implementada em 1871 – no ano que Zaba esteve em Salvador – impõe o reordenamento e a redefinição do *que e como* ensinar. Muito provavelmente, faltavam compêndios para as novas disciplinas. A principal referência na Corte para a História Universal era o livro Victor Duruy (1865), também pedido à Diretoria pela Biblioteca Pública em 1870 para uso no Liceu Provincial⁷³. Desse modo, implantou-se, na principal instituição de ensino secundário da Bahia, uma tendência de inspiração francesa:

[...] que se tornou comum no Brasil a partir dos manuais de ensino em que, após o estudo da História Sagrada, segue-se ao estudo da História Profana, dividida em Idade Antiga, Média e História dos Tempos Modernos e, após a incursão pela chamada História Universal, migrava-se ao estudo da História Pátria (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020, p. 825).

Em um exercício de abstração, considerando a divisão (temporal) das cadeiras do Liceu Provincial, se fosse adotado o *Methodo Zaba*, ele poderia ser usado pelos dois professores. José da Costa mobilizaria até o século XVII, enquanto Botelho trabalharia com os séculos XVIII e XIX, contudo, trata-se de um material auxiliar extremamente sucinto, que demanda a consulta a outros compêndios e a exposição oral do professor para explicar os acontecimentos. No caso específico de Botelho, a parte de História do Brasil ficaria completamente desassistida, demandando que o docente construísse uma versão com eventos e personagens ligados à História Nacional.

É verdade que a documentação registra duas experiências nesse sentido. A primeira, anteriormente citada, do estudante do Externato Normal, Malaquias Permínio Leite; e a segunda do professor primário João Theodoro Araponga, registrada no *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia*⁷⁴, no qual o docente conta ter começado a desenvolver uma adaptação do método polonês para a História Pátria, mas desistiu, porque a tarefa se mostrou complexa demais e lhe faltava tempo na rotina extenuante da docência.

⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Fundo Instrução Pública. Série Educação. Maço 6544, 21 dez., 1872.

⁷⁴ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. p. 36.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Araponga, assim como muitos professores primários, era autor do compêndio de *Ortografia elementar*⁷⁵. A primeira informação que consta em seu relatório é a de que, na escola onde atuava, foram ministradas todas as disciplinas previstas no art. 24, “[...] inclusive o sistema métrico, a geografia e a história”. O destaque para essas três disciplinas chama a atenção e indica a importância conferida pelo professor para essas áreas, por vezes, negligenciadas nas escolas primárias.

Malgrado tenha reconhecido que a metodologia do Sr. Conde Zaba era de “imensa utilidade”, Araponga declarou que a Chave do Método não serviria para as “nossas escolas ou aulas secundárias, porque deixa de mencionar fatos importantes, quando traz outros a que nenhuma importância ligamos”. Para corrigir tal deficiência, ele clamava para “o zelo de um professor secundário, que seja habilitado na matéria, e a sua boa vontade em aplicá-lo, para que possuamos uma chave, contendo todos os fatos que devam ser estudados”⁷⁶.

Com sinceridade, Araponga registrou que vinha fazendo uso da metodologia polonesa, mas não como gostaria. Segundo o professor, ele tinha “ensaiado o método Zaba, do qual foram colhidas algumas vantagens”, mas ponderou que “em maior número seriam, se fosse ele aplicado desenvolvidamente (*sic*) para a história do Brasil”. Na sequência, revelou que teve dificuldade de implementá-lo por causa de limitações encontradas no sistema escolar e no próprio método. Nas palavras do docente:

Por serem já em grande número as matérias do ensino primário, tive que desprezar a chave e mapa do Sr. Conde Zaba, por só servirem para o estudo da história antiga, que deixa de fazer parte do ensino elementar e para o qual não dispunha tempo algum, e organizar um trabalho fundado naquele método, porém com diversas modificações, tratando exclusivamente do Brasil, distinguindo os fatos de cada província⁷⁷.

Desse modo, são duas as principais razões apresentadas por Araponga para não se utilizar a metodologia: o excesso de matérias no ensino primário e o recorte histórico do material. Nesse sentido, a primeira está relacionada ao sistema escolar, enquanto a segunda ao método em si. Contudo, embora houvesse dificuldades para o emprego do *Methodo* em suas aulas, Araponga procurou adaptar o material de Zaba ao que considerava ser mais importante de ensinar aos estudantes: a história do Brasil.

⁷⁵ Obra que ofereceu ao governo da Bahia, em agosto de 1869, pelo mesmo preço do *Methodo Zaba*, 6\$000 cada, de modo que a oferta para o governo era de três mil exemplares por 500\$000. Na década de 1880, chegou a escrever um *Compêndio de Geografia*, aprovado na sessão de 21 de novembro de pelo Conselho de Ensino Provincial.

⁷⁶ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. p. 49.

⁷⁷ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. p. 49.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

O desenvolvimento do trabalho, porém, esbarrou em um problema docente crônico: a falta de tempo dos professores. Araponga reconheceu que não conseguiu concluir o trabalho por ter dificuldade de consultar todo o material necessário para desenvolver uma nova chave, uma vez que demandaria tempo livre para estudar a produção historiográfica disponível sobre a história nacional, a fim de compor um quadro cronológico a ser representado no diagrama. Esse trabalho implicaria, portanto: a seleção de acontecimentos históricos relevantes; a classificação conforme a natureza dos eventos (nascimento, morte, guerra, conquista, descoberta etc.); a organização em ordem cronológica; a representação dos eventos no diagrama; e, por fim, a construção da lista de dados complementares por século. No entanto, ao que tudo indica, Araponga produziu, ainda que em estágio inicial, algum tipo de material a partir do diagrama polonês. Segundo relata o professor da freguesia de Santana (BA):

Este trabalho, ainda que muito em princípio, foi por mim experimentado na escola, tirando dele grande resultado, pois que alguns alunos, em poucos dias, distinguiram pelas datas todos os fatos dos dois primeiros séculos, especificando as províncias a que cada um pertencia. Por falta de tempo ainda não me foi possível concluir a chave de tal trabalho, que demanda muitas consultas e diversos escritores da história brasileira⁷⁸.

O relato também registra que o método foi aplicado por ele com seus estudantes e que o resultado teria sido satisfatório, já que “em poucos dias” eles “[...] distinguiram datas e fatos dos dois primeiros séculos”. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem (em História) do docente considera, fundamentalmente, dois aspectos: o tempo de absorção do conteúdo e a quantidade de datas e fatos históricos gravados na memória. A avaliação, também, desvela que a aplicação de exercícios aos estudantes era (e ainda é) uma prática característica da cultura escolar brasileira.

A iniciativa de adaptar o método para a História Nacional denota que este era um tema caro aos docentes e que a seleção de eventos e personagens históricos feita por Zaba não contemplava os objetivos pedagógicos e morais que orientavam as práticas docentes. Theodoro Araponga, por exemplo, via na estrutura do método Zaba uma estratégia didática possível para viabilizar aquilo que ele pensava ser fundamental no ensino de história e, em alguma medida, reforçava a viabilidade da proposta metodológica para as escolas primárias. Uma vez incorporados os grandes acontecimentos da História Nacional à chave, a metodologia contribuiria para a formação moral e cidadã dos alunos e a escola cumpria seu

⁷⁸ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. p. 48.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

papel moralizador e civilizacional. No final do parecer, ao mencionar os bons resultados obtidos em História Universal pelos alunos que tiveram aulas particulares com Zaba, Araponga deixa implícito a forma que considera mais adequada para usar o sistema polonês: combinando-o “[...] com a leitura de bons autores”⁷⁹, demonstrando que, por si só, o *Methodo Zaba* não era suficiente.

Já o professor primário Estevão Cunha e Costa, da Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador – Rio de Janeiro –, avalia que a metodologia se mostrava capaz de produzir bons resultados, sobretudo nas “inteligências infantis” que, em sua opinião,

[...] parecem estar sempre pedindo imagens vivas, objetos palpáveis, pois são as que mais facilmente se gravam e perduram em suas tenras inteligências, digo memórias, libertando-as do enfadonho rotineiro e anti-diluviano julgo, desse exercício mortificador que se costuma chamar de decorar lição⁸⁰.

Assim sendo, o sistema polonês se mostrava mais adequado ao ensino secundário nos Liceus e Ginásios, tanto pela presença da História – ainda que junto à Geografia – nos Programas quanto pelo volume de conteúdos históricos a serem ensinados nessa etapa, de modo que o número reduzido de escolas secundárias públicas pode ser lido como um obstáculo para a popularização do método e o fechamento de contratos mais robustos com os governos. Em contrapartida, nos colégios particulares, cujos dados são subnotificados (DICK, 2001; NUNES, 2008), em meados dos anos de 1870, era comum a presença da História Universal nos programas e, por isso, ao que parece o sistema polonês permaneceu na lista de materiais adotados por mais tempo. Os indícios apontam a permanência do *Methodo Zaba* nos programas do Colégio Abílio⁸¹, do Colégio Brasileiro⁸² e, com ainda maior duração, no Colégio de Meninas⁸³, todos localizados na Corte.

Nas aulas primárias, o conteúdo histórico aparecia de forma fragmentada, esparsa e pontual, normalmente nas lições e nos livros escolares que abordavam narrativas da História Sagrada, e em boa medida – diga-se de passagem – por iniciativa individual dos professores. Na documentação, foi comum encontrar professores e professoras solicitando os catecismos de Fleury e/ou Montpellier para usarem em suas aulas primárias. Na prática, formalmente não havia espaço no currículo primário para História e Geografia, como acontecia no secundário,

⁷⁹ RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan. 1872. p. 49.

⁸⁰ ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Instrução Pública. Relatórios e Ofícios. Códice, 11.3.23, fl. 164, 28 dez. 1870. Grifos meus.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 25 nov. 1872.

⁸² *O Globo*, 7 dez. 1875.

⁸³ ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. p. 2.244.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

embora houvesse professores – como Frazão (RJ) e Araponga (BA) – que defendiam a presença da História Pátria entre os conteúdos do ensino primário, conforme indicava a própria Constituição⁸⁴. Em agosto de 1871, por exemplo, uma professora da Província de São Paulo, chegou a ser advertida pela Diretoria, pois se ocupava demais da Geografia, da História e do Francês negligenciando o ensino das “prendas domésticas”⁸⁵.

Todavia, as adaptações do *Methodo Zaba* para a História Pátria que se tem notícia ajudam a pensar “o valor dos objetos materiais a partir do seu valor de uso, permitindo à sala de aula estar sob controle humano por meio da interação dos objetos com os professores e seus alunos” (LAWN, 2018, p. 336). Ademais, tais apropriações desvelam a agência criativa e crítica dos sujeitos escolares, sendo como uma resposta desses leitores às prescrições ou às intencionalidades do autor. Desse modo, como propõe Roger Chartier (1990), restituir a historicidade da circulação de um determinado artefato educacional, como o *Methodo Zaba*,

[...] exige em primeiro lugar que o ‘consumo’ cultural ou intelectual seja ele próprio tomado como uma produção, que evidentemente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra (CHARTIER, 1990, p. 59).

Considerações finais

A circulação e as apropriações do *Methodo Zaba* no Brasil desvelam práticas observáveis no interior das instituições de ensino no país, denotam a agência crítica e criativa de professores (primários e secundários) e alunos, bem como descortinam aspectos da indústria escolar, cujas estratégias comerciais pretendem convencer o público escolar de que se trata de um método de ensino pedagogicamente útil e economicamente viável. Nesse sentido, “[...] a conexão estabelecida desde o século XIX entre inovação pedagógica e inovação material aprofunda-se, criando uma quase identidade entre qualidade de ensino e aquisição de artefatos escolares, particularmente na retórica que domina o campo” (VIDAL; SILVA, 2010, p. 33).

⁸⁴ Já a primeira legislação educacional criada no país, em 1827, determinava a presença de conteúdos históricos ligados à história da nação, ainda que não a estabelecesse como uma disciplina autônoma e a colocasse como um suporte para o desenvolvimento da leitura no ensino primário. Recordo que o texto da referida lei, ao estabelecer que “[...] em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão (sic) as escolas de primeiras letras que forem necessárias”, em seu sexto artigo, trazia a seguinte referência: “[...] os professores ensinarão [...], proferindo paras as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil” (Lei de 15 de Outubro de 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm. Acesso em: 05/07/2023).

⁸⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província de São Paulo Códice: CO4945.

No âmbito do ensino de História, o *Methodo Zaba* propunha que os estudantes percorressem os principais acontecimentos da história universal, reconhecendo seus principais personagens. Nesse sentido, era importante memorizar os símbolos para identificar e seguir a ordem dos fatos ao longo do tempo, reforçando sobretudo o valor da Cronologia como ciência auxiliar à História. Ao ser apresentado como uma inovação pedagógica adequada a um conjunto de conhecimentos, Zaba fundamentava o sistema polonês nas relações entre conteúdo e método de ensino e aprendizagem.

A circulação do *Methodo Zaba* nas diferentes províncias também mostra que, embora ideias, sujeitos, artefatos e tecnologias estejam em circulação em escala global/nacional, a recepção e as formas de apropriação podem ganhar sentidos outros quando observados em outra escala, ou seja, localmente. Nessa direção, não se pode tomar a recepção do método polonês na Corte como um padrão para todas as outras províncias – isso pelo motivo de os sujeitos escolares, em especial diretores e professores, fazerem uma leitura dos modelos pedagógicos que lhes são apresentados a partir das contingências do contexto no qual são agentes, desvelando, desse modo, resistências e subversões. O fato é que nem sempre os docentes são seduzidos pelo discurso da novidade e da facilidade, era assim no passado e continua sendo.

Nessa perspectiva, considerando que a organização curricular, por conta dos exames preparatórios, promoveu uma disciplinarização dos conteúdos históricos no ensino secundário, no qual o número de matrículas no sistema público era muito menor se comparado ao setor privado, observou-se que, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde os (proeminentes) professores do Colégio Pedro II se manifestaram publicamente a favor do método, reconhecendo a sua utilidade no ensino de história; na Bahia, a resistência dos professores do Liceu foi mais contundente.

É possível que os artigos do jornalista Belarmino Barretto, no *Diário da Bahia*, tenham contribuído para a difusão de uma visão mais negativa sobre o método polonês entre o público em geral e, em particular, junto aos professores baianos. Todavia, também é provável que as ideias apresentadas pelo jornalista refletissem as opiniões dos docentes, ouvidas em conversas informais – afinal esses sujeitos transitavam entre os círculos letrados da capital e estiveram presentes nas preleções do didata polonês. Diga-se de passagem, o próprio Zaba insinuou que Barretto falava em nome de outras pessoas⁸⁶; e, de fato, os argumentos apresentados nos pareceres dos docentes vão na mesma direção das críticas do articulista, que

⁸⁶ *Diário da Bahia*, n. 145, 2 jul. 1871.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

poderiam ser resumidas em três pontos: (1) a cronologia adotada; (2) a falta de acontecimentos históricos importantes relacionados a outros povos e nações; e (3) o excesso de símbolos e cores a serem memorizados para garantir o funcionamento da metodologia.

Como já dissemos, a resistência dos docentes também pode estar associada ao processo de construção da (nova) disciplina, na medida em que o desdobramento da cadeira de Geografia e História em Geografia e História Moderna e Brasil e Geografia e História Antiga e Média, implementada em 1871, impôs um reordenamento e a redefinição do *que* e *como* ensinar. A divisão, que teve como critério o recorte temporal, por um lado, referendou a cronologia tripartite eurocentrada – Antiga, Medieval e Moderna – e, por outro, estabeleceu formalmente a presença do nacional, reforçando a necessidade de se ampliar a abordagem dos conhecimentos sobre a Geografia brasileira e a História Pátria. Em contrapartida, na Corte, a separação das cadeiras já era uma realidade desde a década de 1840, imprimindo uma lógica temporal e temática diferente da observada na Bahia, por exemplo.

Em contrapartida, na avaliação dos professores primários, o funcionamento do método era interessante e poderia ajudar os alunos a memorizarem fatos importantes da história, porém o conteúdo abordado não atendia às suas demandas mais urgentes. Assim como Frazão e Araponga, muitos professores e professoras defendiam maior espaço para a História Pátria nos programas escolares (MATTOS, 1993), uma vez que se atribuíam à disciplina a formação moral dos estudantes e a difusão de uma identidade nacional. Dessa forma, os eventos da “História Universal” elencados por Zaba, ainda que pudessem ser reconhecidos como importantes, pouco se cruzavam com a história do Brasil, obrigando os professores a adaptarem a metodologia para atender ao *que* e *como* eles queriam ensinar. Dessa forma, mesmo que o custo fosse baixo, a ideia de que um material (complementar), como o *Methodo Zaba*, só faria sentido para os professores se estes assumissem a responsabilidade de adaptá-lo, gerando a eles um trabalho extra (como apontou Araponga), o que não me parece ter ajudado no convencimento do público acerca das vantagens da inovação pedagógica.

Nesse sentido, talvez à época, o *Methodo Zaba* obtivesse mais sucesso no ensino primário se fosse “vendido” como um auxiliar para o ensino da história sagrada, mas seria ainda mais promissor se tivesse uma versão com a História Nacional, como aconteceu nos Estados Unidos, com Elizabeth Peabody, e no Peru, com José Gandra. Entretanto, deve-se considerar que a realidade material da escola brasileira, principalmente da escola pública primária, era carente de recursos didáticos e de condições estruturais básicas, assim como atendia a um público em vulnerabilidade social, de modo que na requisição de materiais

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

didáticos os docentes tenderiam a optar por aqueles que eram tidos como imprescindíveis, como mapas de sílabas e livros de leitura.

Outro aspecto que, provavelmente, tenha tornado o *Methodo Zaba* um produto com *pouco valor de uso*, mas que ainda carece de mais aprofundamento, me parece estar relacionado à certa subordinação da História em relação à Geografia no contexto do ensino secundário. Pode ser que uma das explicações para essa “secundarização dos conhecimentos históricos em relação aos geográficos” nos espaços escolares esteja associada ao “papel” do IHGB (e suas “congêneres provinciais”) no ensino/currículo de História. Digo isso, porque enquanto no Rio de Janeiro a entidade já estava consolidada em 1870-71 (ínterim que Zaba circula pelo Brasil) e a historiografia (clássica) aponta as para as (íntimas) relações entre o IHGB e o Colégio Pedro II (BASTOS, 2008; BITTENCOURT, 2004, 2018b; MATTOS, 1993); em São Paulo, o IHGSP foi fundado somente em 1894; enquanto na Bahia, nesse período ele estava em franca crise (SILVA, 2013). Com os indícios que recolhi, não consigo avançar muito nessa questão, mas a trago por considerá-la na direção do chamamento de Freitas e Oliveira acerca da necessária revisão historiográfica e dos novos temas para a história do ensino de História.

Referências

Arquivos e fontes (manuscritas e periódicas)

A Reforma: órgão democrático. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Reforma, 1869-1879. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

A Verdadeira Instrução Pública: órgão dos professores primários da Corte. Rio de Janeiro, 1872. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1882. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP).

Correio Paulistano. São Paulo, SP. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Diário da Bahia. Salvador, BA, 1870-1889. Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de J. A. dos Santos Cardoso e Irmao, 1870-1872. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Diário de Pernambuco. Recife, PE: Diário de Pernambuco, 1825 - 1984. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Diário de São Paulo: jornal diario e livre. São Paulo, SP: Typ. Americana, 1865-1878. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia do Diário, 1870 - 1871. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Gazeta de Campinas. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1869- . Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1870 - . Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

O Globo. Rio de Janeiro, RJ: Typographia do globo, 1874- . Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Reforma: órgão democratico. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Reforma, 1869-1879. Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

RELATÓRIO do Diretor Geral da Instrução Pública da Bahia. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 26 jan 1872, p.49. Disponível em:

<https://archive.org/details/rpebahia1872a/page/n237/mode/2up>. Acesso em: 5 jul. 2023.

Revista de Instrução. Bahia: Governo da Província da Bahia: Diretoria de Instrução Pública, 1870 -.

Bibliografia

ALCÂNTARA, Wiara Rosa; VIDAL, Diana. The Syndicat Commercial du Mobilier et du matériel d'Enseignement and the transnational trade of school artefacts (Brazil and France in the late nineteenth and early twentieth centuries). *Paedagogica historica*, v. 58, n. 1, p. 84-98, 2022.

ALMEIDA, Leandro A. de. O Método Zaba: as dimensões de um material didático de história do século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/BA, 11., 2022, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2022, s/p.

BASTOS, Maria Helena C. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). *História da Educação*, Pelotas: ASPHE: FaE: UFPel, v. 12, n. 26 p. 39-58, set./dez. 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Dinheiro*: o poder da abstração real. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa [online]*, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos avançados*, v. 32, p. 127-149, 2018a.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*. Rio de Janeiro: SciELO-EDUERJ, 2021.

CHARTIER, Roger *et al.* *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o liceu provincial (1860-1890)*. 2001. 280 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

FARIAS JÚNIOR, José Petrucio de; GUIMARÃES, Selva. Manuais de ensino de História oitocentistas: reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 3, p. 817-836, 2020.

GONDRA, José G. *A emergência da escola*. São Paulo: Cortez editora, 2018.

LAWN, Martin. A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. In: CASTRO, César Augusto; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de (ed.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018. p. 341-366.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Brasil em lições: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *Revista Linhas*, v. 16, n. 30, p. 7-28, 2015.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. *Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*, v. 16, n. 2, p. 209-223, 2008.

Outros Tempos, vol. 20, n. 36, 2023, p. 267-300. ISSN: 1808-8031

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. *Profhistória: o dito e o feito*. Ananindeua: Cabana, 2022.

REVEL, Jacques; PASSERON, Jean-Claude. *Penser par cas. Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2020.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Maior somma de factos historicos, elucidados com mais methodo”: Américo Braziliense e a invenção do espaço paulista na escrita da história escolar (1873-1879). *Almanack*, n. 29, ea00420, p. 1-51, 2021.

SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

VEIGA, Cynthia G. *et al.* A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social. In: CASTRO, César Augusto; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de (ed.). *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*. Vitória: EDUFES, 2018. p. 26-63.

VIDAL, Diana G.; RABELO, Rafaela. S. A seção brasileira da New Education Fellowship: (des)encontros e (des)conexões. In: VIDAL, D. G.; RABELO, R. S. (org.). *Movimento internacional da educação nova*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 25-48.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *Revista Linhas*, v. 11, n. 2, p. 29-45, 2010.

ZABA, Napoleão F. *Methodo Zaba para o estudo da história Universal, com mappa chronologico, chave e taboa de exercícos*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & C, 1870.